

### **CRÉDITO PÚBLICO, OPERAÇÕES ESTRUTURADAS E ENDIVIDAMENTO: A PRESERVAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO SOB PERSPECTIVA INTER-REGIONAL E INTERGERACIONAL**

O crédito público e o endividamento estão sem dúvida entre os assuntos mais relevantes, não apenas sob o ponto de vista acadêmico, mas também e principalmente social. A gestão da dívida pública cada vez mais se destaca como uma questão central do Estado, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Seus reflexos são sentidos em todos os aspectos da vida em sociedade, pois a atividade financeira do Estado viabiliza as políticas públicas que vão concretizar as necessidades públicas. E o papel da gestão da dívida nessa atividade financeira tem sido cada vez mais intenso.

Um assunto ainda muito pouco estudado, o que é incompreensível e injustificável, dada a dimensão de importância para a sociedade e os altos valores financeiros envolvidos.

A dívida pública é uma área do conhecimento cujos conceitos mais básicos estão em construção; sua sistematização é incipiente, o que torna seu estudo tão mais difícil quanto desafiador. E ainda, como já escrevi, “repleto de lacunas, penumbras e zonas cinzentas, pois o que se encontra é uma diversidade e complexidade nas múltiplas definições”. Em matéria de dívida pública, ainda hoje “o que mais se encontra são perguntas, e o que menos se acha são respostas”<sup>1</sup>.

Para aprofundar-se, é necessário compreender o que é e como se compõe a dívida, o que se entende por setor público, deparando-se com uma multiplicidade de conceitos e classificações importantes para compreender o tema, e que estão em construção, o que exige especial cuidado do pesquisador para que seu trabalho seja consistente.

Um tema interdisciplinar, com forte interesse prático e extremamente atual, que envolve aspectos de Direito Financeiro, Direito Econômico, Finanças Públicas, Economia, Administração Pública, Contabilidade Pública e várias outras áreas do conhecimento. Todas com o ponto em comum de não lhe dispensarem a devida atenção. E dotado de uma complexidade que seguramente afasta aqueles que não querem enfrentar o desafio de desvendar os mistérios do que configura uma verdadeira “caixa-preta” das ciências sociais aplicadas.

E faz dele um tema de conhecimento somente de alguns, e ainda pouco transparente, cujas normas nem sempre passam pelo crivo democrático do Poder Legislativo. E ficam nas mãos desses poucos que dominam um conhecimento técnico especializado, conferindo-lhes um poder que não condiz com os princípios da administração pública. Uma importante área da administração pública que convive com um déficit democrático e de transparência incompatível com os Estados modernos.

Colocar uma luz sobre a dívida pública, permitindo que todos possam compreendê-la e participar de suas decisões, é uma obrigação dos estudiosos do tema, o que torna o conteúdo deste trabalho especialmente relevante.

---

<sup>1</sup> *Levando o Direito Financeiro a Sério*, 3. ed., São Paulo, Blucher, p. 456-8.

•• *Teoria jurídica do crédito público e operações estruturadas*

Não é difícil imaginar as dificuldades do autor para tratar do assunto, aventurando-se no que já foi um verdadeiro “deserto doutrinário”, para traçar sua rota sem pontos seguros de apoio e indicativos da correta direção a seguir. É preciso ter o espírito e a responsabilidade dos desbravadores, pois darão os rumos dos que seguirão pelo caminho aberto, para o que esta obra dá uma colaboração inestimável.

São razões suficientes para merecidos elogios a Luis Felipe Vidal Arellano.

Conheci-o como aluno das disciplinas de pós-graduação em Direito Financeiro na USP, e desde então pude constatar sua seriedade, competência, dedicação aos estudos e espírito de pesquisador que busca a verdade a partir do conhecimento dos fatos.

É um raro caso de estudioso desse tema e que, além de sua dedicação acadêmica, também tem há anos vivência prática na gestão da dívida pública, o que justifica ter produzido esta obra, que não só preenche uma lacuna na doutrina jurídica, mas passa a ser referência indispensável e consulta obrigatória para todos que queiram conhecer o assunto.

Sua atuação profissional, que se voltou à área da dívida pública, como Procurador do Município e nos cargos administrativos ocupados, o levaram a ter o privilégio de atuar diretamente com o objeto de seu estudo, conferindo-lhe uma experiência ímpar em poder aliar a teoria com a realidade.

Com todas essas qualificações, não se poderia esperar outra coisa senão uma obra que, a partir de seus estudos para obter o mais que merecido título de doutor pela Faculdade de Direito da USP, puderam resultar neste livro, que enriquece a tão escassa bibliografia sobre a dívida pública.

Uma obra que se torna completa, pois expõe as principais questões envolvendo o endividamento público, com suas bases teóricas, contextualizando seu papel no desenvolvimento econômico, as dificuldades federativas e de equilíbrio intergeracional, permitindo que o tema central seja abordado com sólidos fundamentos.

Enfrentar o tema da intergeracionalidade, presente no objeto de sua pesquisa, exige redobrados cuidados para fazer respeitar a justiça entre gerações, uma vez que o proveito da geração atual poderá ser pago pela geração futura, aspecto tratado na tese com peruciência.

Vê-se que o autor se preocupa em esclarecer e aprofundar a análise dessas e de muitas outras questões sobre as quais se debruçam aqueles que se dedicam a estudar a dívida pública, e certamente terão de continuar a fazê-lo, pois, como já ressaltado, são conceitos em construção – mas que agora já têm mais uma valiosa contribuição para os estudiosos do assunto.

E que se mostram importantes para dar sustentação às ideias que se desenvolveram para a questão central, ao tratar das operações estruturadas.

Ao focar nas operações estruturadas, a complexidade do tema aumenta, pois estas, como ressalta o autor, não se limitam a operações de crédito, mas a um conjunto de operações que as incluem, abrangendo aspectos mais amplos de contratação e organização do setor público para atingir seus objetivos. E que não se subsomem facilmente ao regime de direito público, dada a intensa articulação com institutos de direito privado.

Já se pode deixar de ver a dívida pública e seus desdobramentos como um deserto doutrinário. Às poucas obras que tratam do assunto agrega-se esta que o leitor terá a seguir e que é prova disso, ao acrescentar valiosos conhecimentos e reflexões que colaboram para o aperfeiçoamento e a evolução da doutrina. Que venham mais obras com essa qualidade.

*José Mauricio Conti*

Professor da Faculdade de Direito da USP.

Livre-docente em Direito Financeiro.